


**INFRAESTRUTURA** Nova empresa vai juntar a EPL à Valec ▶ **p3**

**CÂMARA** Aprovada redução de ICMS para combustíveis e energia ▶ **p4**

**IMPOSTO** Especialistas céticos sobre impacto nas importações ▶ **p5 e 6**



## Xangai vai retomar operações nas próximas semanas

'Live' do Brasil Export revela que o Porto de Xangai (China) já sinaliza uma retomada das operações, o que alivia tensões no comércio internacional. Mas ainda há apreensões ▶ **p7**

## EDITORIAL

# Desordem logística e comercial

O comércio global tem enfrentado sérias dificuldades nos últimos anos. Elas começaram entre o final de 2019 e o início de 2020, com as ondas iniciais da pandemia de covid-19, que fechou portos na Ásia e na Europa, arrastando a logística mundial para o caos. Há alguns meses, houve um novo golpe, com a invasão da Ucrânia pela Rússia e a ruptura das exportações agrícolas e de fertilizantes ucranianos. E logo em seguida, mais um revés, com novos surtos do novo coronavírus em solo chinês, levando os complexos marítimos do país a reduzir suas atividades, causando um megacongestionamento nessa parte do planeta.

Os impactos dessas ocorrências no comércio exterior brasileiro foram debatidos na tarde dessa terça-feira, em uma live organizada pelo Brasil Export - Fórum Nacional de Logística e Infraestrutura Portuária. E desse evento, veio a boa notícia de que, no próximo mês, o Porto de Xangai deve começar a ter suas operações normalizadas, iniciando um grande processo de recuperação, de volta à normalidade para si e para a logística marítima global.

Trata-se, sem dúvida, de uma boa notícia. Mas o comércio internacional ainda tem duros desafios a transpor, a começar por garantir o fornecimento de fertilizantes, essenciais para nossa produção agrícola, e por buscar normalizar o mais rápido possível a disponibilidade de contêineres e o tráfego marítimo na costa brasileira, afetado pelo caos logístico.

Até a efetiva normalização, com a eliminação do caos logístico e a retomada das cadeias de suprimento globais, é essencial ao poder público e ao setor privado continuar ampliando os fornecedores dos insumos mais demandados e diversificando as estratégias adotadas para conter as altas dos preços. E as autoridades ainda devem ficar atentas aos impactos desse cenário na própria economia brasileira, impedindo o surgimento de mais problemas.

## NESTA EDIÇÃO

FOTO  
AdobeStock



▲ **CAPA**  
**7** Xangai vai reabrir, boa notícia para retomada

### HUB

**3** Maranhão prepara implantação de ZPE

### NACIONAL

**3** Valec vai incorporar a EPL em 6 meses

**4** Câmara aprova limitação na alíquota de ICMS sobre combustível

**5** Nova redução de 10% em imposto de produtos importados terá efeito mínimo

**8** Antaq aprova contribuições sobre concessão do Porto de São Sebastião  
Wilson, Sons registra lucro superior a R\$ 143 milhões no trimestre



**Sede**  
Alameda Campinas, 802, 6º andar,  
São Paulo, São Paulo  
01404-200, BR

**Sucursal Brasília**  
SRTVS Quadra 701, bloco O, nº 110  
Edifício Multiempresarial, sala 520, Bairro Asa Sul  
Brasília, Distrito Federal  
70340-000, BR

**Sucursal Santos**  
Avenida Senador Pinheiro Machado, 22, Sala 12,  
Santos, São Paulo  
11075-000, BR

[www.portalbenews.com.br](http://www.portalbenews.com.br)

**Diretor-presidente**  
Fabrício Julião

**Diretor-superintendente**  
Marcio Delfim

**Diretora Administrativo-financeira**  
Jacyara Lima

**Diretor de Redação**  
Leopoldo Figueiredo

**Equipe de reportagem**  
Bárbara Farias, Vanessa Pimentel  
e Tales Silveira

**Design Gráfico**  
Mônica Mathias

## FALE COM A GENTE

### ATENDIMENTO AO LEITOR

Se você quer perguntar, sugerir pautas ou enviar informações a nossa equipe de jornalistas, escreva um e-mail para [atendimento@portalbenews.com.br](mailto:atendimento@portalbenews.com.br)

### INSCREVA-SE

Acompanhe as últimas notícias do Portal BE News. Para isso, inscreva-se em [www.portalbenews.com.br](http://www.portalbenews.com.br)

### PUBLICIDADE

Entre em contato pelo e-mail [publicidade@portalbenews.com.br](mailto:publicidade@portalbenews.com.br)



LEOPOLDO FIGUEIREDO  
E COLABORADORES  
leopoldo.figueiredo@portalbenews.com.br

### ZPE 1

O Governo do Maranhão deu mais um passo para a implantação de sua zona de processamento de exportação (ZPE). Na última terça-feira, em São Luís, foi instalada a Comissão Estadual da ZPE-MA. O órgão cuidará da instalação do empreendimento, que ocupará uma área que se estende pelos municípios de Bacabeira, Santa Rita, Rosário, Axixá e Cachoeira Grande, todos localizados nas proximidades da zona portuária da Ilha de São Luís.

### ZPE 2

A ZPE pode receber instalações industriais ou de beneficiamento, que terão isenção na importação de bens que forem utilizados na fabricação de produtos para exportação. Esses artigos apenas recolhem seus impostos se os produtos finais acabarem vendidos em solo nacional.

### ZPE 3

"A ZPE vai nortear o intercâmbio de negócios entre o Maranhão e outros países, estimular o mercado interno, ajudar na atração de potenciais investidores e na geração de emprego e renda para nossa população", explicou o secretário da Indústria e Comércio, Cassiano Pereira Júnior.

### Sines 1

O governo de Portugal negocia com o da Alemanha e o da Polônia para fazer com que o Porto de Sines seja a porta de entrada do gás importado por esses países. As duas nações adquiriam o combustível da Rússia, mas, devido ao conflito na Ucrânia, vão passar a comprar dos Estados Unidos. A ideia é que o produto seja descarregado no complexo marítimo onde, em seguida, seria embarcado em navios pequenos, que o levariam até o destino final.

### Sines 2

Segundo avaliação do poder público português, "os portos do Norte da Europa estão muito congestionados e acomodar um número grande de navios de maior capacidade é um risco", o que torna Sines uma forte opção para essas operações.

# Valec vai incorporar a EPL em 6 meses

As duas empresas vão formar a Infra S/A. Estudos projetam economia de R\$ 90 milhões anuais aos cofres públicos

Vinicius Resende



Presidente Jair Bolsonaro, com o ministro da Infraestrutura, Marcelo Sampaio: chefe do Executivo assinou decreto autorizando a incorporação da EPL pela Valec

TALES SILVEIRA  
tales@portalbenews.com.br

### Estrutura

O formato decidido pelo Governo será de incorporação da EPL pela Valec. Há um entendimento de que a segunda empresa tem estrutura mais robusta e é mais antiga. Nesse formato, também será mais fácil dispensar funcionários, uma vez que a EPL, estatal de planejamento, desde a sua criação, em 2012, não tem servidores concursados.

Além disso, todos os processos em andamento pelas estatais serão incorporados pela nova empresa, como a construção dos trechos II e III da Ferrovia de Integração Oeste-Leste (Fiol) e a fiscalização das obras da Ferrovia de Integração Centro-Oeste (Fico), por exemplo – empreendimentos adminis-trados pela Valec. A Infra S/A também responderá pela elaboração do Plano Nacional de Logística (PNL) e demais planos setoriais desenvolvidos pela EPL.

De acordo com o ministro da Infraestrutura, Marcelo Sampaio, a fusão das duas empresas não atrapalha os processos e estudos que vêm sendo realizados pelas empresas para futuras concessões no País

"A companhia aumentará a produtividade e ampliará a eficiência na estruturação de projetos de infraestrutura, sempre pensando a logística de transportes, estruturando o futuro, sem qualquer descontinuidade ao que está em andamento", declarou o ministro.

O Governo Federal anunciou o início da incorporação da Empresa de Planejamento e Logística (EPL) pela Valec – Engenharia, Construções e Ferrovias. Essa medida resultará na criação da Infra S/A. O decreto de autorização foi publicado no Diário Oficial da União (DOU) dessa quarta-feira (25). A previsão do Governo é de, em até 180 dias, efetivar a nova companhia. Com a medida, é esperada uma economia de R\$ 90 milhões em custos operacionais por ano.

A criação da Infra S/A objetiva ainda fazer com que o Ministério da Infraestrutura deixe de ter duas empresas dependentes do Tesouro Nacional, o que reduzirá custos de funcionamento, além de aumentar a autossuficiência e competitividade dessa única empresa. A companhia será responsável pelo planejamento e estruturação de projetos para o setor de transportes, especialmente ferrovias e portos.

A favor da incorporação pesou a constatação, reforçada pela consultoria Falconi, contratada em 2020 para o trabalho de unir as duas empresas, de que EPL e Valec sempre atuaram de forma complementar e com certa sobreposição de atribuições.

### Vocação

Em nota, o Ministério da Infraestrutura falou sobre a vocação da Infra S/A. Segundo a pasta, a companhia será responsável por "fomentar o desenvolvimento e a inovação da infraestrutura de transporte e logística multimodal no Brasil de forma sustentável, abrangendo a realização de diagnósticos, estudos e planejamento de infraestrutura multimodal para apoio na elaboração de políticas públicas e o desenvolvimento de modelagem de concessão de ativos".

A empresa também atuará em projetos de caráter estratégico para transformação digital e modernização da infraestrutura; suporte para gestão ambiental e territorial de projetos; prestação de consultoria para União, estados e municípios; e gestão do Documento Eletrônico de Transporte (DT-e).

### Economia

No primeiro ano de funcionamento, de acordo com os estudos, haverá uma economia de R\$ 30 milhões, com redução de despesas com pessoal e funções, bem como pela diminuição de demais custos de funcionamento das duas empresas.

A partir do segundo ano, a economia anual será de pelo menos R\$ 90 milhões, gerados pelos ganhos de produtividade com a reorganização de processos, otimização dos contratos atuais e por meio de maior redução com gastos com pessoal.

“  
A COMPANHIA  
AUMENTARÁ A  
PRODUTIVIDADE E  
AMPLIARÁ A  
EFICIÊNCIA NA  
ESTRUTURAÇÃO DE  
PROJETOS DE  
INFRAESTRUTURA,  
SEMPRE PENSANDO  
A LOGÍSTICA DE  
TRANSPORTES,  
ESTRUTURANDO  
O FUTURO,  
SEM QUALQUER  
DESCONTINUIDADE  
AO QUE ESTÁ EM  
ANDAMENTO”

MARCELO SAMPAIO,  
ministro da Infraestrutura

## NACIONAL

# Câmara aprova limitação na alíquota de ICMS sobre combustível

Proposta cria gatilho de compensação para possíveis perdas de arrecadação de estados e municípios.



Divulgação

De acordo com o relator da matéria, a redução do limite da alíquota do ICMS não implicará em perda nominal de receita para os estados e municípios

TALES SILVEIRA  
tales@portalbenews.com.br

A Câmara dos Deputados aprovou, por 403 votos a favor e 10 contra, nesta quarta-feira (25), o Projeto de Lei Complementar (PLP 211/2021). A proposta incorpora o PLP 18/2022, de autoria do deputado Danilo Forte (UNIÃO-CE), que estabelece um preço teto para o ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) sobre os combustíveis. A matéria segue para o Senado Federal.

O texto considera essenciais bens e serviços relativos a combustíveis, energia elétrica, comunicações e transporte coletivo, impedindo a aplicação de alíquotas de tributos iguais às dos produtos listados como supérfluos.

A mudança de categoria dos combustíveis garante que haja uma redução do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) para até a alíquota máxima de 17%. O objetivo da proposta – que conta com o apoio dos ministros da Economia e das Minas e Energia – é frear o aumento de preços dos combustíveis. A expectativa do Governo é de,

com isso, reduzir o preço dos combustíveis em cerca de R\$0,60 por litro.

O quórum de 403 deputados a favor do projeto e nenhum destaque aprovado só foi possível após inúmeras reuniões de líderes ao longo do mês. Na reunião realizada na última terça-feira (24), na casa do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), governadores sugeriram que o texto previsse a criação de alguma compensação para possíveis perdas de arrecadação.

Foi quando o relator e líder do União Brasil na Câmara, deputado Elmar Nascimento (BA), adicionou, em seu parecer, um dispositivo prevendo contrapartidas para os estados e municípios.

Foi criado então um gatilho de compensação, caso o estado ou o município tenha uma perda de arrecadação absoluta superior a 5% causada pela diminuição das alíquotas de combustível. Esse gatilho será temporário e deixará de valer depois de seis meses, em uma espécie de "período de transição".

Nesses casos, a União ficará responsável por fazer as compensações. Essa reposição acontecerá por meio de dedução nas parcelas do pagamento de suas dívidas com o Governo

**NA MAIORIA DAS UNIDADES DA FEDERAÇÃO, COSTUMAM-SE COEXISTIR NAS LEGISLAÇÕES LOCAIS TRÊS FAIXAS DE ALÍQUOTAS DO ICMS: A PRIMEIRA, DE 7 A 12% PARA PRODUTOS BÁSICOS, VIA DE REGRA DO SETOR ALIMENTÍCIO; A SEGUNDA, ENTRE 17 E 18% APLICÁVEIS À GENERALIDADE DAS MERCADORIAS; E A TERCEIRA, COM ALÍQUOTAS DE APROXIMADAMENTE 25%, CHEGANDO POR VEZES ATÉ A CASA DOS 30%, ATUALMENTE APLICADOS PARA OS PRODUTOS CONSIDERADOS SUPÉRFLUOS E PARA ENERGIA ELÉTRICA, TELECOMUNICAÇÕES E COMBUSTÍVEIS.**

Federal. A compensação também se estende aos estados que estão no chamado Regime de Recuperação Fiscal (RRF).

Segundo o texto, as compensações acontecerão até 31 de dezembro e serão interrompidas caso as alíquotas retornem aos patamares vigentes antes da publicação da lei ou se não houver mais saldo a ser compensado.

#### Sem impactos

Segundo o relator, a redução das alíquotas do ICMS não trará impactos. Para o parlamentar, a receita absoluta dos estados e municípios, em sua grande maioria, é superavitária.

Uma redução parcial da alíquota do ICMS não implicará perda nominal de receita à luz do orçamento aprovado, não colocando em risco o cumprimento das metas fiscais estaduais. "Somente no ano passado, estados e municípios tiveram, em média, um aumento de arrecadação de impostos em combustíveis de 50%", disse.

Já o deputado Danilo Forte trouxe estimativas que apontam que a matéria deve gerar uma redução de 9% a 12% no preço da gasolina, 10% no do etanol e de 11% no da

energia elétrica.

Logo após a aprovação do PLP, a Confederação Nacional dos Municípios (CNM) emitiu uma nota afirmando que as mudanças no ICMS previstas na proposta "acende grave alerta para as gestões municipais". Também afirmou que trabalhará "intensamente no Senado Federal para evitar o avanço desta proposta".

Segundo a CNM o PLP traz um "potencial impacto de R\$ 15 bilhões por ano aos Municípios caso o projeto chegue a se transformar em norma legal. O impacto no mandato dos atuais prefeitos totaliza R\$ 45,3 bilhões, começando neste ano, sendo R\$8,67 bilhões apenas de junho a dezembro".

A nota segue afirmando que a proposta não prevê nenhum recurso efetivo para compensar os municípios pela perda de R\$ 15 bilhões anuais. "Hoje, em função do processo inflacionário, a arrecadação está crescendo a uma taxa anual de aproximadamente 15% ao ano. Para a maior parte das unidades da Federação essa condicionante (indica) que ocorra queda nominal de 5%. Dessa forma, efetivamente o texto prevê zero recomposição para os municípios por parte da União".

# Nova redução de 10% em imposto de produtos importados terá efeito mínimo

Com pressão inflacionária internacional, resultante da pandemia e guerra na Ucrânia, será difícil a medida atingir o impacto esperado pelo Governo, avaliam especialistas

Arquivo/Serpro



Mais de 6 mil mercadorias, incluindo feijão, carne, massas, biscoitos, arroz e materiais de construção terão redução de tarifa de importação\*

BÁRBARA FARIAS  
barbara@portalbenews.com.br

O Governo Federal anunciou nova redução de 10% nas alíquotas do Imposto de Importação sobre diversos produtos no intuito de conter a alta de preços e a escalada da inflação e estimular a produção nacional. A medida, considerada urgente pelo Ministério da Economia, é pontual e terá vigência temporária de 1º de junho a 31 de dezembro de 2023. No entanto, especialistas avaliam que o impacto será mínimo tanto para o setor produtivo quanto para a economia doméstica, devido à pressão inflacionária global, resultante da pandemia e da guerra na Ucrânia.

“O caráter de urgência dessa medida está relacionado com o aumento da pressão inflacionária proveniente de um cenário global bastante adverso. Um cenário que já vinha causando perturbações às cadeias de suprimentos

**SEGUNDO A SECRETARIA DE COMÉRCIO EXTERIOR, O GOVERNO DEIXARÁ DE ARRECADAR R\$ 3,7 BILHÕES COM IMPOSTO DE IMPORTAÇÃO, MAS PROJETA UM GANHO EM TORNO DE R\$ 533,1 BILHÕES SOBRE O PIB**

internacionais, com repercussões na inflação global em função da recuperação do pós-Covid-19. E, mais recentemente, adquire contornos mais preocupantes com a guerra entre Ucrânia e Rússia”, afirmou o secretário de Comércio Exterior do Ministério da Economia, Lucas Ferraz, em defesa da medida.

É a segunda vez que o Governo Federal aplica redução de 10% sobre a Tarifa Externa Comum (TEC) de bens importados. A primeira ocorreu em novembro do ano passado. Agora, a medida incide sobre 6.195 códigos tarifários da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM), que abrange mais de 87% do universo tarifário do País. Mais de 6 mil mercadorias, incluindo feijão, carne, massas, biscoitos, arroz e materiais de construção terão redução de tarifa de importação.

Segundo a Secretaria de Comércio Exterior, o Governo deixará de arrecadar R\$ 3,7 bilhões em impostos de importação. Apesar disso, o ministério projeta um impacto de R\$ 533,1 bilhões no PIB (Produto Interno Bruto), que cor-



Divulgação

“

A MEDIDA PRECISA SER VISTA COM RESERVAS, COM MUITA CAUTELA. QUER (GOVERNO) MOVIMENTAR A ECONOMIA? ENTÃO TERIA QUE ABRIR CRÉDITO PARA AS EMPRESAS. PRECISA FAZER OUTROS MOVIMENTOS. ESSE MOVIMENTO SOZINHO NÃO VAI ATENDER A EXPECTATIVA QUE O GOVERNO ESPERA”

**LUIZ RAMOS**

presidente da Associação Nacional das Empresas Transitárias, Agentes de Carga Aérea, Comissárias de Despachos e Operadores Intermodais

# NACIONAL

CONTINUAÇÃO DA PÁGINA 5

Divulgação



“

NO CONTEXTO ATUAL, SERÁ UM PALIATIVO PORQUE TANTO O CUSTO DA LOGÍSTICA INTERNACIONAL QUANTO DOS ALIMENTOS E COMBUSTÍVEIS ESTÁ SOB FORTE PRESSÃO. ESTIMO QUE O EFEITO REAL, EM FUNÇÃO DO CONTEXTO INTERNACIONAL, SERÁ MENOS DE REDUÇÃO DOS PREÇOS E MAIS DE ESTABILIZAÇÃO E FREIO CONTRA MAIORES AUMENTOS EM COMPARAÇÃO AO ESTÁGIO INFLACIONÁRIO ATUAL”

**CARLOS CAIXETA,**

Economista, Consultor Empresarial e Associado do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa

responde ao conjunto de todos os bens e serviços produzidos no País.

A redução do Imposto de Importação aproxima o nível tarifário brasileiro da média internacional e, em especial, dos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), reduzindo o Custo Brasil. Porém, especialistas avaliam que a medida não deverá surtir o efeito esperado pelo Governo.

O presidente da Associação Nacional das Empresas Transitárias, Agentes de Carga Aérea, Comissárias de Despachos e Operadores Intermodais, Luiz Ramos, avalia a iniciativa com reservas. “A medida precisa ser vista com reservas, com muita cautela. Quer (Governo) movimentar a economia? Então teria que abrir crédito para as empresas. Precisa fazer outros movimentos. Esse movimento sozinho não vai atender a expectativa que o Governo espera”, disse Ramos, que emendou: “Mais preocupante e necessário é reduzir o custo da cadeia logística. O Brasil não tem incentivo na Marinha Mercante, não temos navios, faltam investimentos na infraestrutura. A nossa infraestrutura é muito cara. O transporte rodoviário e aéreo

com valores altíssimos, os combustíveis subindo progressivamente. É difícil dizer que essa medida vai compensar, trazer algum resultado positivo para o Brasil”, concluiu.

“Em situação de normalidade, essa medida é muito efetiva sim, mas no contexto atual será um paliativo porque tanto o custo da logística internacional quanto dos alimentos e combustíveis está sob forte pressão. Estimo que o efeito real, em função do contexto internacional, será menos de redução dos preços e mais de estabilização e freio contra maiores aumentos, em comparação ao estágio inflacionário atual”, avaliou o economista, consultor empresarial e associado do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa, Carlos Caixeta.

“Isto não deve ser enxergado como uma coisa isolada. Por um lado, temos a relação com os outros países do Mercosul que estabelece regras e limites para essas reduções. De outro lado, nesse contexto de inflação, disseminada praticamente em todo o mundo, vários países estão tomando medidas para ‘proteger e garantir’ o suprimento de diversos bens, entre eles artigos ditos de primeira necessidade.

Divulgação



“

VISTO SOB O PONTO DE VISTA DO COMÉRCIO INTERNACIONAL (E DA GLOBALIZAÇÃO ORA EM XEQUE) ISTO REDUZ A DISPONIBILIDADE DESSES BENS NO ÂMBITO INTERNACIONAL, O QUE LEVA A MAIS PRESSÕES INFLACIONÁRIAS, NUMA ESPIRAL QUE DIFICILMENTE SABEREMOS ATÉ ONDE VAI”

**RICARDO RODIL**

especialista em Finanças, líder do Mercado de Capitais e sócio do Grupo Crowe Macro

Visto sob o ponto de vista do comércio internacional (e da globalização ora em xeque) isto reduz a disponibilidade desses bens no âmbito internacional, o que leva a mais pressões inflacionárias, numa espiral que dificilmente saberemos até onde vai”, analisou o especialista em Finanças, líder do Mercado de Capitais e sócio do Grupo Crowe Macro, Ricardo Rodil.

“O impacto inicial deve ser de queda desses preços, mas não se pode prever como as pontas de distribuição (super-mercados, basicamente, no caso de alimentos) vão agir”, afirmou Rodil.

Quanto às importações, Rodil acredita que devem subir, num primeiro momento, mas a médio prazo o mercado é incerto. “Num primeiro momento, sem dúvida, subirão. O futuro dependerá do conflito Rússia-Ucrânia, de condições climáticas que favoreçam ou dificultem as safras locais, da inflação em outros países, das atitudes em países produtores desses bens. Enfim, no médio prazo, é imprevisível. Se o Brasil conseguir recompor a compra de fertilizantes em nível internacional, a conversa poderá ser diferente”, finalizou.



# Xangai vai reabrir, boa notícia para retomada

BÁRBARA FARIAS  
barbara@portalbenews.com.br

Informação foi revelada em 'live' do Brasil Export, que também tratou de questões como fretes altos, fertilizantes, restrição de exportações de cereais e crise alimentar

AdobesStock

Em meio à crise causada pelo lockdown na China e pela guerra na Ucrânia, uma boa notícia pode indicar o início da retomada rumo à normalidade para o comércio internacional. As atividades econômicas em Xangai, o maior porto do mundo e até hoje impactado pelo fechamento de várias regiões chinesas, devido a novos surtos de covid-19, vão começar a ser restabelecidas nas próximas semanas. Para especialistas, será o começo do fim do caos logístico que vem impactando as cadeias de suprimentos globais nos últimos meses.

Essa foi uma das questões tratadas na live “Impactos da Guerra Rússia-Ucrânia e da situação da China no comércio exterior brasileiro”, promovida ontem pelo Brasil Export - Fórum Nacional de Logística e Infraestrutura Portuária. O encontro virtual, exclusivo para conselheiros, patrocinadores e convidados, foi transmitido ao vivo pelo portal BE News e no canal do Brasil Export no Youtube.

A live foi conduzida pelo CEO do Brasil Export, Fabrício Julião, e teve como convidados o sócio e vice-presidente de Negócios e Estratégias do Grupo H e presidente do Conselho internacional do Brasil Export, Jorge Lima; o diretor-presidente da Associação de Terminais Portuários Privados (ATP), Almirante Murillo Barbosa; o economista-chefe da Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (Abiove), Daniel Furlan Amaral; e o presidente do Conselho Administrativo da Associação Brasileira dos Importadores de Máquinas e Equipamentos Industriais (Abimei), Ennio Crispino.

A recuperação das operações portuárias em Xangai, na China, foi destacada pelo presidente do Conselho Administrativo da Abimei. Crispino, disse que o setor de máquinas e equipamentos tem sido impactado pelo lockdown chinês, especialmente por causa da suspensão de parte das operações no Porto de Xangai. “Xangai é o maior porto exportador de máquinas, principalmente as de médio e grande porte. Então isso tem causado um grande atraso no despacho de mercadorias adquiridas por empresas brasileiras”, afirmou.

No entanto, Ennio Crispino disse que a atividade



Vista aérea de terminal de contêineres no Porto de Xangai: lockdown de cidades chinesas prejudicaram operações do maior complexo marítimo do mundo

“**QUANDO O MUNDO COMEÇA A TER PICOS DE PREÇOS E REDUÇÕES DE SAFRAS POR DIVERSAS RAZÕES, OS PAÍSES COMEÇAM A ADOTAR MEDIDAS RESTRITIVAS DE EXPORTAÇÃO**”

**DANIEL FURLAN AMARAL**  
Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (Abiove)

econômica em Xangai deverá ser retomada nos próximos dias. “Está previsto para início de junho que as operações portuárias sejam restabelecidas, pelo menos alguns embarques que estamos aguardando. Já recebemos valores de fretes e datas aproximadas”, destacou.

A live também debateu os reflexos da guerra na Ucrânia na logística e no comércio globais.

Recém-chegado da Ásia, o executivo Jorge Lima disse que há grande apreensão no exterior quanto à duração do conflito, com o agravamento da crise econômica global e com a aproximação entre a Rússia e a China. “Óbvio que a China vai socorrer (a Rússia), não vai perder essa oportunidade econômica. Mas é um momento bastante perigoso por falta de uma visão completa do cenário na mesa, tanto econômico quanto bélico”, analisou.

Já o diretor-presidente da ATP, Murillo Barbosa, comentou que há uma preocupação com um possível gargalo no estoque de fertilizantes. “Um dos operadores logísticos que importam fertilizantes me disse que, se não houver uma saída do produto na aquisição pelos produtores rurais, daqui a pouco nós vamos ter dificuldade de estoque. Acho que já se previa uma certa restrição do mercado, com restrições à Rússia devido às sanções,

“**ESTÁ PREVISTO PARA INÍCIO DE JUNHO QUE AS OPERAÇÕES PORTUÁRIAS SEJAM RESTABELECIDAS, PELO MENOS ALGUNS EMBARQUES QUE ESTAMOS AGUARDANDO. JÁ RECEBEMOS VALORES DE FRETES E DATAS APROXIMADAS**”

**ENNIO CRISPINO**  
presidente do Conselho Administrativo da Abimei

então, houve uma importação muito grande”, afirmou.

Barbosa disse ainda que pode haver redução nas importações devido aos altos preços dos insumos, decorrentes da restrição de oferta no mercado internacional, devido à interrupção dos envios pelos portos da Ucrânia e da Rússia. “Os produtores rurais estão reticentes em comprar novas remessas pelo alto preço. O cloreto de potássio saiu de US\$ 220 (2021) para mais de US\$ 1.200 no mês passado. Agora, está começando a cair, talvez, porque nós estejamos com bastante fertilizantes. Isso vai impactar bastante a cadeia porque fertilizante é um insumo absolutamente essencial para a

nossa produção agrícola”, salientou.

O economista da Abiove, Daniel Furlan, comentou sobre um efeito secundário da guerra na Ucrânia já em curso que é a restrição de exportações de cereais, que, dependendo da duração do conflito, poderá gerar uma crise alimentar global. “Quando o mundo começa a ter picos de preços e reduções de safras por diversas razões, os primeiros efeitos são que os países começam a adotar medidas restritivas de exportação. Vimos isso na Indonésia, em países do Mercosul, em países asiáticos. Então, aquelas cadeias produtivas que dependem do comércio vão ficando cada vez mais dependentes da matéria-prima local”, explicou, complementando que uma consequência são as crises alimentares.

“A preocupação é o quanto essa situação geopolítica entre a Rússia, Ucrânia e Belarus pode gerar outros focos indesejáveis para o mundo todo, e como achar caminhos diplomáticos para minimizar esses efeitos secundários tão importantes que já estamos vendo acontecer”, comentou Furlan.

A live completa está disponível no portal BE News e no canal do Brasil Export, no Youtube.

Frame/Canal Brasil Export



Conselheiros do Brasil Export, patrocinadores e convidados participaram da live, transmitida ao vivo pelo portal BE News

## NACIONAL

# Antaq aprova contribuições sobre concessão do Porto de São Sebastião

Futuro concessionário assinará contrato de 25 anos. Investimentos ultrapassam R\$ 3 milhões

Divulgação/CDSS

VANESSA PIMENTEL  
vanessa@portalbenews.com.br

A análise das contribuições sobre documentação para o processo licitatório da concessão do Porto de São Sebastião (SP) foi aprovada pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq). Ao todo, a agência recebeu 239 contribuições durante a Audiência Pública nº 20/2021, que tratou do tema.

Os documentos aprovados serão encaminhados ao Ministério da Infraestrutura (Minfra), que dará continuidade ao processo de desestatização do complexo.

O futuro concessionário assinará contrato de 25 anos. O valor estimado da concessão alcançará R\$ 237,4 milhões. Os investimentos previstos serão de R\$ 3,263 milhões. Espera-se cerca de 56 milhões de toneladas movimentadas em 2060, o que representa crescimento médio anual de 0,3% ao ano.

O valor de outorga mínimo proposto será de R\$ 33,3 milhões e deverá ser pago em parcela única. O critério de licitação escolhido foi o de maior valor de



**OS DOCUMENTOS APROVADOS SERÃO ENCAMINHADOS AO MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA (MINFRA), QUE DARÁ CONTINUIDADE AO PROCESSO DE DESESTATIZAÇÃO DO COMPLEXO.**

outorga, com leilão presencial.

Além disso, o novo concessionário deverá pagar anualmente à Antaq a Verba de Fiscalização, no valor de R\$ 446,5 mil, durante toda a vigência do contrato. Esse valor será dividido em 12 parcelas mensais.

Atualmente, o porto é administrado pela Companhia Docas de São Sebastião (CDSS). Na área do porto organizado existe o Terminal de Uso Privado da Petrobras Transportes S/A –

**56**

**MILHÕES DE TONELADAS DEVEM SER MOVIMENTADAS PELO PORTO DE SÃO SEBASTIÃO EM 2060**

A concessão do Porto de São Sebastião, de acordo com a política pública do Governo Federal, trará ganhos de produtividade quanto à gestão, à eficiência e à celeridade nas compras e contratações necessárias para as operações portuárias.

Transpetro, denominado Terminal Aquaviário de São Sebastião. A área total a ser concedida tem 32,60 km<sup>2</sup>.

A principal carga movimentada pelo complexo é barrilha, insumo importado por indústrias de vidro e sabão. Também são operados na importação o trigo, produtos siderúrgicos, máquinas e equipamentos, bobinas de aço e cargas gerais. Na exportação, destaque para veículos, peças, máquinas e equipamentos, produtos siderúrgicos e cargas gerais.

A concessão do Porto de São Sebastião, de acordo com a política pública do Governo Federal, trará ganhos de produtividade quanto à gestão, à eficiência e à celeridade nas compras e contratações necessárias para as operações portuárias.

O Governo trabalha com a previsão de que o acórdão junto ao Tribunal de Contas da União (TCU) saia em junho de 2022, possibilitando a publicação do edital em julho e a realização do leilão em setembro deste ano.

# Wilson,Sons registra lucro superior a R\$ 143 milhões no trimestre

Valor é 437% maior do que o registrado no mesmo período do ano passado

VANESSA PIMENTEL  
vanessa@portalbenews.com.br

A empresa de soluções logísticas Wilson,Sons registrou lucro líquido acima de R\$ 143 milhões no primeiro trimestre deste ano, superando em 437% o mesmo período de 2021.

O crescimento no lucro líquido foi beneficiado pela variação cambial do trimestre, uma vez que o real valorizou 15%. As receitas líquidas apresentaram crescimento de 4% e chegaram a R\$ 529 milhões.

O desempenho financeiro foi superior ao desempenho operacional, com o aumento das receitas de armazenagem nos terminais e aumento nas exportações e importações, além do aumento na receita média por manobra portuária

**R\$ 239 milhões**

**FOI O VALOR DE EBITDA (LUCRO ANTES DE JUROS, IMPOSTOS, DEPRECIÇÃO E AMORTIZAÇÃO) REGISTRADO PELA EMPRESA, UMA RESULTADO 4% MAIOR DO QUE O OBTIDO O PRIMEIRO TRIMESTRE DO ANO PASSADO**

em rebocadores e os novos contratos nas bases de apoio offshore.

O Ebitda (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) também subiu, atingindo R\$ 239 milhões, um crescimento de 4% com os resultados de rebocadores. Apesar da queda no volume operacional ocasionada, principalmente, pela redução de carga containerizada, houve

aumento da receita média por manobra. A receita líquida de rebocadores subiu 2,9%, para R\$ 253,7 milhões no primeiro trimestre.

“Estamos satisfeitos por apresentar resultados financeiros resilientes neste primeiro trimestre do ano, mesmo diante do cenário desafiador que se apresenta para 2022, com o agravamento da crise da cadeia de suprimentos e

pressões inflacionárias”, destacou Fernando Salek, CEO da Wilson,Sons.

O segmento de embarcações de apoio offshore continua apresentando recuperação. O aumento das receitas líquidas foi de mais de 26%, com um aumento dos dias de operação em 12% e um aumento da diária média em relação ao período comparativo.



Divulgação

A receita líquida de rebocadores subiu 2,9%, para R\$ 253,7 milhões no primeiro trimestre.